



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

RESOLUÇÃO Nº 15 / 2024

Regulamenta, para o ano de 2024, a gratificação anual de produtividade dos servidores das unidades judiciárias do primeiro grau, na forma da Lei Estadual nº 11.651, de 19 de março de 2020, e o Selo de Eficiência do Tribunal de Justiça da Paraíba.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

Considerando os princípios constantes no art. 37, *caput*, da [Constituição Federal](#), dentre os quais o princípio da eficiência e impessoalidade, conjugados com o princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da mesma Carta;

Considerando a necessidade de estabelecer instrumentos efetivos de combate às causas dos problemas de morosidade enfrentados pelo Tribunal de Justiça da Paraíba;

Considerando a necessidade de estimular a eficácia e eficiência dos servidores mediante aferição de indicadores objetivos de desempenho funcional;

Considerando a [Resolução nº 76/2009 do Conselho Nacional de Justiça](#), que dispõe sobre os sistemas de estatísticas do Poder Judiciário e a conveniência de estimular bons resultados para a melhoria da qualidade e da eficiência no exercício da prestação jurisdicional;

Considerando a [Resolução nº 219/2016 do Conselho Nacional de Justiça](#), que autoriza os Tribunais a instituir medidas de incentivo ou premiação aos servidores das unidades mais produtivas, segundo critérios objetivos.

Considerando o disposto na Lei nº 11.651, de 19 de março de 2020, que instituiu a gratificação anual de produtividade, remetendo sua regulamentação à Resolução do Tribunal de Justiça da Paraíba;

Considerando a [Resolução nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça](#), que dispõe sobre o planejamento e gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando o Macrodesafio Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional estabelecido na [Resolução nº 35/2020 do Tribunal de Justiça da Paraíba](#), que dispõe sobre o Planejamento e Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Paraíba para o sexênio 2021-2026.

Considerando a [Portaria CNJ nº 353, de 04 de dezembro de 2023](#), que institui o Regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade, ano 2024;

RESOLVE:

Art. 1º Fica regulamentado o Selo de Eficiência do Tribunal de Justiça da Paraíba e a gratificação anual de produtividade prevista no art. 1º da Lei Estadual nº 11.651, de 19 de março de 2020.

§ 1º Serão recompensadas com a gratificação tratada no *caput* deste artigo as unidades judiciárias de primeiro grau classificadas como varas, inclusive militar, núcleos de justiça 4.0, juizados e turmas recursais, compostas por seus gabinetes, cartórios e secretarias, os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC's) e os Núcleos de Apoio das Equipes Multidisciplinares (NAPEM's).

§ 2º Só serão consideradas, para os fins desta Resolução, unidades judiciárias instaladas há mais de 3 (três) meses, as quais terão seus indicadores e premiação calculados proporcionalmente ao tempo de instalação.

§ 3º Sempre que tecnicamente viável, os acervos particionados de cada unidade serão considerados como unidades judiciárias independentes no que diz respeito aos dados processuais.

§ 4º A regulamentação prevista no *caput* tem por objetivo premiar servidores efetivos e comissionados, em exercício nas unidades judiciárias de primeiro grau e os NAPEM's, até o valor máximo de duas vezes o primeiro padrão da classe A do cargo de Analista Judiciário, exceto na hipótese do art. 12 deste normativo, conforme limites, critérios e regulamentos constantes desta Resolução, que se destacarem no desempenho de suas atribuições ou no cumprimento das metas de gestão estratégica do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, relativamente ao ano-base de 2024, cujo encerramento se dará no dia 19/12/2024.

Art. 2º O Selo de Eficiência do Tribunal de Justiça da Paraíba tem por objetivo:

I - reconhecer o trabalho das unidades judiciárias de primeiro grau e NAPEM's que se destacarem, segundo critérios fixados nesta Resolução, com melhores índices de produtividade e eficiência no ano de referência (ano-base);

II - incentivar a evolução dos indicadores de produtividade e eficiência do Poder Judiciário do Estado da Paraíba;

III - promover a melhoria na prestação jurisdicional.

Art. 3º O Selo de Eficiência do Tribunal da Justiça da Paraíba, a ser outorgado às unidades judiciárias de primeiro grau e aos NAPEM's, compreenderá as categorias Excelência, Diamante, Ouro e Prata, conforme critérios a seguir:

I - Selo Excelência: concedido às unidades judiciárias que atingirem 100% da pontuação relativa;

II - Selo Diamante: concedido às unidades judiciárias que atingirem no mínimo 95% da pontuação relativa;

III - Selo Ouro: concedido às unidades judiciárias que atingirem no mínimo 80% da pontuação relativa;

IV - Selo Prata: concedido às unidades judiciárias que atingirem no mínimo 65% da pontuação relativa.

Art. 4º Para estabelecimento da pontuação relativa prevista no art. 3º, serão avaliados os seguintes indicadores, conforme os cálculos discriminados nos anexos desta Resolução:

I - reduzir a taxa de congestionamento líquida (TCL) dos processos do PJe em um ano (50 pontos);

II - obter os menores tempos médios de tramitação dos processos pendentes líquidos (70 pontos);

III - cumprir as metas nacionais do CNJ (100 pontos);

IV - baixar os processos mais antigos (50 pontos);

V - possuir o Índice de Atendimento à Demanda (IAD) acima de 100%, a fim de promover a redução do acervo processual (60 pontos);

VI - alcançar os melhores índices no sistema de execução penal (80 pontos).

VII - reduzir o tempo médio decorrido entre a data do recebimento/ajuizamento e a data da primeira concessão ou denegação da medida protetiva (20 pontos);

VIII - aumentar o percentual de Reavaliação dos Acolhimentos que estão há mais de 3 meses no SNA (15 pontos);

IX - alcançar os melhores índices estabelecidos para os CEJUSC's, de acordo com os grupos definidos no Anexo II (100 pontos);

X - alcançar os melhores índices estabelecidos para os NApEM's de acordo com os grupos definidos no Anexo III (100 pontos);

§ 1º A pontuação relativa é calculada pela razão entre a pontuação individual da unidade e a pontuação máxima aplicada a ela.

§ 2º Será aplicado no cálculo da pontuação fator de correção 1, conforme fórmula descrita no Anexo IV, que leva em consideração o atendimento pela unidade judiciária em até 30 dias de demandas provenientes da Ouvidoria do Tribunal de Justiça da Paraíba.

§ 3º Será aplicado fator de correção 2, conforme fórmula descrita no Anexo IV, que leva em consideração a média de casos novos distribuídos nos últimos três anos, visando ponderar a carga de trabalho histórica da unidade judiciária e equalizar a avaliação do Selo.

§ 4º Em caso de unidades com competência mista, as cláusulas de barreira previstas no Anexo V serão calculadas proporcionalmente à distribuição média do último triênio dos feitos de cada competência.

§ 5º Em caso de empate na pontuação relativa, será observada a maior distância em relação a taxa de congestionamento da cláusula de barreira respectiva.

Art. 5º A gratificação de produtividade será concedida, exclusivamente, aos servidores com produtividade individual suficiente, com exercício nas unidades certificadas com o Selo de Eficiência, conforme Sistema de Recursos Humanos, na forma do art. 3º desta Resolução.

§ 1º Considera-se produtividade suficiente, a produtividade individual maior ou igual a 35% (trinta e cinco por cento) da média aritmética das 50% (cinquenta por cento) melhores produtividades individuais da própria unidade, considerando o primeiro número inteiro imediatamente superior, no período de atuação, analisadas isoladamente as produtividades de gabinete e cartório;

§ 2º Com exceção dos chefes de cartório, serão excluídos da premiação os servidores que, a despeito de possuírem exercício em unidade com Selo de Eficiência, não obtiverem produtividade individual suficiente.

§ 3º Para fins de aplicação da exceção tratada no § 2º deste artigo, será considerada:

I - atuação como chefe de cartório na unidade premiada em período igual ou superior a 6 (seis) meses;

II - produtividade individual mínima equivalente a 10% (dez por cento) da média aritmética das produtividades individuais dos servidores com produtividade suficiente na respectiva unidade judiciária.

§ 4º Os assessores dos juízes auxiliares de circunscrição serão avaliados exclusivamente pela produtividade individual suficiente obtida pela sua atuação nas unidades certificadas com o Selo de Eficiência.

Art. 6º O valor da gratificação de produtividade será pago aos servidores com produtividade suficiente, em exercício nas unidades certificadas com o Selo de Eficiência, em conformidade com as seguintes faixas:

I - 2 (duas) vezes o primeiro padrão da classe A do cargo de Analista Judiciário, para as unidades judiciárias que alcançarem o Selo Excelência;

II - 1,5 (uma e meia) vez o primeiro padrão da classe A do cargo de Analista Judiciário, para as unidades judiciárias que alcançarem o selo Diamante;

III - 1 (uma) vez o primeiro padrão da classe A do cargo de Analista Judiciário, para as unidades judiciárias que alcançarem o selo Ouro;

IV - 0,5 (meia) vez o primeiro padrão da classe A do cargo de Analista Judiciário, para as unidades judiciárias que alcançarem o selo Prata.

Art. 7º O valor do prêmio dos servidores de cartório unificado será:

I - 2 (duas) vezes o primeiro padrão da classe A do cargo de Analista Judiciário, desde que:

- a) nos cartórios com duas a três unidades judiciárias vinculadas, todas estejam premiadas, sendo uma delas com o selo excelência;
- b) nos cartórios com quatro ou mais unidades judiciárias vinculadas, 60% (sessenta por cento) premiadas sendo, no mínimo, uma com o selo excelência, uma com selo diamante e uma com selo ouro, considerando, em caso de fração, o primeiro número inteiro imediatamente superior;

II - a média dos prêmios de cada unidade judiciária vinculada, nos demais casos.

§ 1º Quando o cartório unificado for dividido em seções, estas serão consideradas isoladamente para efeito de cálculo e premiação, exceto quando versarem sobre a mesma competência.

§ 2º O valor percebido pelos servidores em exercício nas unidades judiciárias com acervo dividido não atendidas por cartórios unificados, assim definidos em Resolução da Presidência, será o maior alcançado dentre os Acervos atendidos.

Art. 8º O servidor em exercício no Gabinete virtual será premiado se sua produtividade individual estiver entre as 25% (vinte e cinco por cento) melhores, no mês de atuação, considerada a proporção de 1/12 (um doze avos), comparativamente aos assessores do mesmo grupo de competência onde estiver inserida a unidade em intervenção.

Parágrafo único. Respeitada a regra do art 5º, § 1º, desta Resolução, o valor da gratificação será:

I - duas vezes o primeiro padrão da classe A do cargo de Analista Judiciário, para os assessores que estiverem com a produtividade individual entre as 10% (dez por cento) melhores do grupo de competência onde estiver inserida a unidade em intervenção;

II - 1 (uma) vez do primeiro padrão da classe A do cargo de Analista Judiciário, nos demais casos;

Art. 9º Para fins de premiação nas unidades agregantes, assim consideradas aquelas que receberam processos provenientes de varas ou comarcas desinstaladas no ano 2024, os indicadores obtidos ao final do ano-base serão diminuídos do total acrescido em razão da agregação, calculado pela diferença entre o mês em que esta se efetivou e o imediatamente anterior.

§ 1º Quando houver mudança de competência da unidade judiciária, aplica-se a regra prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º A regra do *caput* deste artigo somente será aplicada quando a agregação ou a alteração de competência ocorrerem após o primeiro trimestre do ano de avaliação.

§ 3º Os indicadores a que se reporta o *caput* deste artigo são a Taxa de Congestionamento, Tempo Médio de Processos Pendentes líquido e Índice de Atendimento à demanda.

Art. 10. A produtividade individual do servidor será apurada exclusivamente nos sistemas PJe e SEEU, considerando os movimentos e documentos relevantes lançados pelos usuários internos e seus respectivos pesos, conforme Anexo VI, definidos segundo sua importância para os objetivos institucionais da Administração.

Parágrafo Único. O Anexo mencionado no *caput* será atualizado sempre que houver atualização da tabela de movimentos do Conselho Nacional de Justiça e necessidade de alinhamento aos objetivos institucionais.

Art. 11. Em caso de implementação de novas políticas de gestão processual, arquivamento em massa, alteração de competências ou qualquer evento que tenha impacto significativo nos dados estatísticos processuais, fica estabelecida a possibilidade de alteração das cláusulas de barreira descritas no Anexo V, visando assegurar uma competição justa entre as unidades judiciárias.

Art. 12. Caso o Tribunal de Justiça da Paraíba conquiste, pelo menos, o Prêmio CNJ de Qualidade Ouro, será concedida premiação extra a todos os servidores em exercício nas

unidades judiciárias, respeitada as regras do art. 5º, § 1º, desta Resolução, no valor de 0,5 (meia) vez o primeiro padrão da classe A do cargo de Analista Judiciário.

Art. 13. A Gerência de Projetos e Gestão Estratégica publicará os resultados relativos ao ano-base, deles, cabendo recurso, no prazo de cinco dias corridos a contar da data da publicação, subscrito pela autoridade gestora da unidade e dirigido à Comissão Revisora.

§ 1º Todos os dados processuais deverão ser cadastrados nos respectivos sistemas, de acordo com as tabelas processuais unificadas conforme a [Resolução Nº 46, de 18 de dezembro de 2007](#), respeitada a realidade processual.

§ 2º A Comissão Revisora, quando da análise de recursos, apuradas movimentações em desconformidade com a realidade fática do ato praticado, subtrairá o valor obtido da pontuação das respectivas unidades.

§ 3º Caso as movimentações desconformes, na forma no § 2º deste artigo, apresentem erros de classificação relevantes, conforme a gravidade, avaliada com base na clareza da intenção e reiterações da conduta, o servidor ou a unidades poderão ser desclassificadas, sem prejuízo de encaminhamento de peças à Corregedoria para apuração de eventual prática de falta disciplinar.

§ 4º Os resultados da premiação poderão ser auditados pela Corregedoria Geral de Justiça, por encaminhamento da Comissão Revisora.

Art. 14. A Comissão Revisora, instituída por Ato da Presidência, será composta por 01(um) Desembargador e 03 (três) Juízes, indicados pela Presidência, competindo ao primeiro a condução dos trabalhos, por 01 (um) Juiz indicado pela Corregedoria-Geral de Justiça, pelo(a) Gerente de Pesquisas Estatísticas e por 02 (dois) servidores efetivos do 2º grau indicados também pela Presidência, competindo-lhes a análise dos recursos apresentados em face dos resultados publicados, no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Após a apreciação dos recursos eventualmente apresentados, a Comissão Revisora homologará o resultado final irrecorrível, mediante ato publicado no Diário da Justiça.

Art. 15. Homologado o resultado final, a gratificação de produtividade será paga em única parcela, no primeiro semestre de 2025.

Art. 16. As premiações conferidas aos servidores serão anotadas em suas respectivas fichas funcionais.

Art. 17. As despesas decorrentes desta Resolução deverão ser incluídas na proposta orçamentária do Poder Judiciário da Paraíba, relativa ao ano de 2025.

Art. 18. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 19 A publicidade relativa ao Prêmio de Produtividade dos Servidores sob responsabilidade da Comissão Revisora se dará exclusivamente pela publicação no Diário da Justiça, devendo qualquer outra forma de divulgação ou publicidade nos meios oficiais ter prévia aprovação da Presidência.

Art. 20. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Tribunal de Justiça da Paraíba, datado e assinado eletronicamente.

Desembargador João Benedito da Silva
Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba

ANEXO I

Forma de Avaliação dos Indicadores Gerais

| Indicador | Pontuação |
|--|---|
| Reduzir a taxa de congestionamento líquida (TCL) | <p>Até 50 pontos, de acordo com os seguintes critérios:</p> <p>a) Diminuição entre 0,01 e 2 pontos percentuais (pp), desde que a TCL não ultrapasse em mais de 15% a CB (20 pontos);</p> <p>b) Diminuição acima de 2pp, desde que a TCL não ultrapasse em mais de 15pp a CB (30 pontos);</p> <p>c) Abaixo da cláusula de barreira, 50 pontos.</p> <p>Obs.: Quanto às varas com Competência de "Execução Penal" mista, não são computados os dados do SEEU.</p> |
| Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos (TP). | <p>Até 70 pontos, de acordo com os seguintes critérios:</p> <p>a) Entre o TP1 e TP2, 30 pontos;</p> <p>b) Entre o TP2 e o TP3, 50 pontos;</p> <p>c) Abaixo do TP3, 70 pontos.</p> <p>Os TP's citados estão definidos, por competência, no Anexo V.</p> |
| Metas Nacionais do CNJ | <p>Até 100 pontos, de acordo com os seguintes critérios:</p> <p>a) As metas 2, 3 e 5, valem 20 pontos cada;</p> <p>b) As metas 4, 8, 10 e 11, valem 10 pontos cada.</p> <p>A pontuação final se dará a partir do total de metas cumpridas multiplicada pelos os pontos, dividido pelo total de metas aplicáveis.</p> |
| Baixar os processos antigos | <p>50 pontos se estiver abaixo da cláusula de barreira (CB) da porcentagem de processos ativos que tenham sido distribuídos até 2021.</p> |
| Unidades judiciárias com Índice de Atendimento à Demanda (IAD) acima de 100% | <p>Até 60 pontos, de acordo com os seguintes critérios:</p> <p>a) IAD acima de 100% e TCL abaixo da CB de sua competência, 60 pontos;</p> <p>b) Para a Unidade Judiciária que estiver com sua taxa de congestionamento acima da CB de sua competência e:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● IAD entre 100% e 110%, 15 pontos ● IAD entre 111% e 120%, 30 pontos; ● IAD acima de 121%, 45 pontos. |
| SEEU | <p>Até 80 pontos, de acordo com os seguintes critérios:</p> <p>a) obter média mensal de 0,9% da proporção entre a soma de incidentes vencidos e o total de processos ativos. VARA PURA: 20 pontos VARA MISTA: 10 pontos</p> <p>b) Guias cadastradas e não implantadas - não vinculadas a Ação Penal (5 pontos); VARA PURA: 5 pontos VARA MISTA: 5 pontos</p> <p>c) Guias implantadas sem fixação de regime, eventos e incidentes (5 pontos); VARA PURA: 5 pontos VARA MISTA: 5 pontos</p> |

| | |
|--------------------------------|---|
| | <p>d) Guias aguardando cumprimento de decisão judicial (retorno de conclusão) há mais de 30 dias (15 pontos); VARA PURA: 15 pontos VARA MISTA: 10 pontos</p> <p>e) Guias pendentes de apreciação judicial (processos conclusos) há mais de 30 dias (15 pontos); VARA PURA: 15 pontos VARA MISTA: 10 pontos</p> <p>f) Juntadas pendentes de análise há mais de 30 dias (10 pontos); VARA PURA: 10 pontos VARA MISTA: 10 pontos</p> <p>g) Reduzir a taxa de congestionamento líquida abaixo da cláusula de barreira, conforme descrito no Anexo V, não sendo aplicado a varas mistas (10 pontos).</p> |
| Medidas Protetivas de Urgência | Tempo médio decorrido entre a data do recebimento/ajuizamento e a data da primeira concessão ou denegação da medida protetiva, nos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher, das classes de medidas protetivas de urgência, de até 2 dias (20 pontos). |
| Reavaliação de acolhimento | <p>Até 20 pontos, sendo:</p> <p>a) acima de 98% dos acolhimentos que estão há mais de 3 meses no SNA e que tiveram reavaliação do acolhimento nos 90 dias subsequentes (20 pontos);</p> <p>b) de 90% a 98% dos acolhimentos que estão há mais de 3 meses no SNA e que tiveram reavaliação do acolhimento nos 90 dias subsequentes (10 pontos).</p> |

ANEXO II

Forma de Avaliação dos CEJUSC's e respectivos grupos

1. Sistema de Pontuação:

Até 100 pontos, de acordo com os seguintes critérios:

- a) % Audiências realizadas, 35 pts
- b) % Processos remetidos e autuados no CEJUSC, 15 pts
- c) % de Acordos, 50 pts

2. Fórmulas de cálculo e cláusulas de barreira

a) % Audiências realizadas

- **Fórmula:** $\text{TOTAL de Audiências realizadas no CEJUSC} / \text{TOTAL de processos Remetidos_CnCEJUSC}$

- **Cláusulas de Barreira:**

| GRUPO | P1 | P2 | P3 |
|---|-----------|-----------|-----------|
| Grupo I: CEJUSC de vara única | 90% | 80% | 70% |
| Grupo II : CEJUSC que atende até 7 unidades judiciárias | 85% | 75% | 65% |
| Grupo III: CEJUSC que atende mais de 7 unidades judiciárias | 80% | 70% | 60% |
| Grupo IV: CEJUSC pré-processual | 100% | 90% | 80% |
| PONTUAÇÃO | 35 | 30 | 25 |

b) % Processos remetidos e autuados no CEJUSC

- **Fórmula:** $\text{TOTAL de processos Remetidos_CnCEJUSC} / \text{Casos Novos}^{**}$

***Varas de comarcas SEM Juizado Especial: Cível, Fazenda Pública, Família e Juizado Especial CV-CR-Faz*

***Varas de comarcas COM Juizado Especial: Cível, Fazenda Pública, Família*

- **Cláusulas de Barreira:**

| GRUPO | P1 | P2 | P3 |
|---|-----------|-----------|----------|
| Grupo I: CEJUSC de vara única | 20% | 15% | 10% |
| Grupo II : CEJUSC que atende até 7 unidades judiciárias | 15% | 10% | 5% |
| Grupo III: CEJUSC que atende mais de 7 unidades judiciárias | 10% | 5% | 3% |
| Grupo IV: CEJUSC pré-processual | 10% | 5% | 3% |
| PONTUAÇÃO | 15 | 10 | 5 |

c) % de Acordos

- **Fórmula:** TOTAL SentCH** / TOTAL de Audiências realizadas no CEJUSC

***Processos contabilizados na variável parametrizada SentCH*

- **Cláusulas de Barreira:**

| GRUPO | P1 | P2 | P3 |
|---|-----------|-----------|-----------|
| Grupo I: CEJUSC de vara única | 30% | 20% | 15% |
| Grupo II : CEJUSC que atende até 7 unidades judiciárias | 30% | 20% | 15% |
| Grupo III: CEJUSC que atende mais de 7 unidades judiciárias | 30% | 20% | 15% |
| Grupo IV: CEJUSC pré-processual | 30% | 20% | 15% |
| PONTUAÇÃO | 50 | 30 | 20 |

3. Agrupamento dos CEJUSCs por grupo:

| GRUPO | COD_CNJ | CEJUSC |
|---------|---------|--|
| GRUPO I | 81506 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - FAZENDA - RIO TINTO - TJPB |
| GRUPO I | 6821 | CEJUSC I - CÍVEL - REMÍGIO - TJPB |
| GRUPO I | 6142 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - FAZENDA - JACARAÚ - TJPB |
| GRUPO I | 75575 | CEJUSC I - CÍVEL - AREIA - TJPB |
| GRUPO I | 6013 | CEJUSC I - ÁGUA BRANCA - TJPB |
| GRUPO I | 7569 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - FAZENDA - UMBUZEIRO – TJPB |
| GRUPO I | 82943 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - FAZENDA - INGÁ - TJPB |
| GRUPO I | 6807 | CEJUSC I - CÍVEL - PEDRAS DE FOGO - TJPB |
| GRUPO I | 7515 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - FAZENDA - BANANEIRAS - TJPB |
| GRUPO I | 72357 | CEJUSC I - CÍVEL - CONDE - TJPB |
| GRUPO I | 6015 | CEJUSC I - CÍVEL - ALAGOINHA - TJPB |
| GRUPO I | 7498 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - FAZENDA - ALAGOA GRANDE - TJPB |
| GRUPO I | 6044 | CEJUSC I - BELÉM - TJPB |
| GRUPO I | 6048 | CEJUSC I - CAAPORÃ - TJPB |
| GRUPO I | 6813 | CEJUSC I - CÍVEL - PRINCESA ISABEL - TJPB |
| GRUPO I | 6815 | CEJUSC I - CÍVEL - POCINHOS - TJPB |
| GRUPO I | 6114 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - FAZENDA - COREMAS - TJPB |
| GRUPO I | 7550 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - FAZENDA - SÃO JOSÉ DE PIRANHAS – TJPB |

| | | |
|-----------|-------|---|
| GRUPO I | 6113 | CEJUSC I - CÍVEL - CONCEIÇÃO - TJPB/UFCG |
| GRUPO I | 6017 | CEJUSC I - ALHANDRA - TJPB |
| GRUPO I | 7354 | CEJUSC I - TAPEROÁ - TJPB |
| GRUPO II | 82944 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - FAZENDA - ITAPORANGA - TJPB |
| GRUPO II | 81504 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - FAZENDA - MAMANGUAPE - TJPB |
| GRUPO II | 81505 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - FAZENDA - POMBAL - TJPB |
| GRUPO II | 6118 | CEJUSC I - ESPERANÇA - TJPB |
| GRUPO II | 6137 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - ITABAIANA - TJPB |
| GRUPO II | 81503 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - FAZENDA - PIANCÓ - TJPB |
| GRUPO II | 6061 | CEJUSC I - CÍVEL - CAJAZEIRAS - TJPB/FAFIC |
| GRUPO II | 6070 | CEJUSC I - CÍVEL - CATOLÉ DO ROCHA - TJPB |
| GRUPO II | 6040 | CEJUSC VII - CÍVEL - BAYEUX - TJPB/MAURÍCIO DE NASSAU |
| GRUPO II | 6984 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - FAZENDA - SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE |
| GRUPO II | 6820 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - FAZENDA - QUEIMADAS - TJPB |
| GRUPO II | 6127 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - GUARABIRA - FPL/UEPB |
| GRUPO II | 83973 | CEJUSC VI - VARAS DE FAMÍLIA - MANGABEIRA - TJPB/FESP |
| GRUPO II | 6890 | CEJUSC I - CÍVEL - FAMÍLIA - SAPÉ - TJPB |
| GRUPO II | 83429 | CEJUSC XVI - NÚCLEO SAÚDE 4.0 - TJPB |
| GRUPO II | 5599 | CEJUSC IV - VARAS DE FAMÍLIA - TJPB/UNIPÊ |
| GRUPO II | 6052 | CEJUSC VIII - CÍVEL - FAMÍLIA - CABEDELO - TJPB/IESP |
| GRUPO II | 83974 | CEJUSC VIII - FAMILIAR - TJPB |
| GRUPO II | 5644 | CEJUSC XII - VARA DE FAZENDA - TJPB/UNIPÊ |
| GRUPO II | 7175 | CEJUSC I - CÍVEL - SOUSA - TJPB/UFCG |
| GRUPO II | 5688 | CEJUSC V - VARAS CÍVEIS - MANGABEIRA - TJPB/FESP |
| GRUPO II | 7448 | CEJUSC VI - VARAS DA FAZENDA PÚBLICA - TJPB/CESREI |
| GRUPO II | 6159 | CEJUSC I - CÍVEL - PATOS - TJPB |
| GRUPO II | 6878 | CEJUSC IX - CÍVEL - FAMÍLIA - SANTA RITA - TJPB/FAP |
| GRUPO III | 6111 | CEJUSC V - VARAS CÍVEIS - TJPB - CESREI |
| GRUPO III | 4513 | CEJUSC II - VARAS CÍVEIS - TJPB/IESP |
| GRUPO IV | 83972 | CEJUSC II - INDÍGENA - RIO TINTO - TJPB |
| GRUPO IV | 80002 | CEJUSC II - MISTO - PATOS - TJPB/FIP |

| | | |
|----------|-------|---|
| GRUPO IV | 70773 | CEJUSC III - CÍVEL - TJPB/IESP |
| GRUPO IV | 76601 | CEJUSC X - NÚCLEO PROENDIVIDADOS - CONSUMERISTA - TJPB |
| GRUPO IV | 70779 | CEJUSC I - MISTO - TJPB - FACISA - NÚCLEO PROENDIVIDADOS |
| GRUPO IV | 80003 | CEJUSC II - CÍVEL - SOUSA - TJPB/CCJS |
| GRUPO IV | 80005 | CEJUSC II - COMUNITÁRIA - CATOLÉ DO ROCHA - TJPB/MITRA DIOCESANA |
| GRUPO IV | 70780 | CEJUSC II - CONSUMERISTA - CAMPINA GRANDE - PROCON ESTADUAL |
| GRUPO IV | 81172 | CEJUSC III - CONSUMERISTA - CAMPINA GRANDE - PROCON MUNICIPAL |
| GRUPO IV | 81174 | CEJUSC VII - EXTRAJUDICIAL - TJPB - UEPB |
| GRUPO IV | 86142 | CEJUSC XIII - CIDADANIA (TJPB/ESTÁCIO DE SÁ) |
| GRUPO IV | 70780 | CEJUSC XIV - CONSUMERISTA (TJPB/PROCON ESTADUAL) |
| GRUPO IV | 81172 | CEJUSC XV - CONSUMERISTA (TJPB/PROCON MUNICIPAL) |

ANEXO III

Forma de Avaliação dos NAPIEM's e respectivos grupos

1. Sistema de Pontuação:

Até 100 pontos, se a entrega dos atos solicitados forem em até 60 dias, nos termos definidos a seguir:

- **GRUPO 1** - 1ª e 2ª Circunscrição
- **GRUPO 2** - 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Circunscrição

| GRUPO I | GRUPO II | PONTOS |
|--|--|------------|
| 80% dos estudos entregues em até 60 dias | 90% dos estudos entregues em até 60 dias | 100 pontos |
| 70% dos estudos entregues em até 60 dias | 80% dos estudos entregues em até 60 dias | 95 pontos |
| 60% dos estudos entregues em até 60 dias | 70% dos estudos entregues em até 60 dias | 80 pontos |
| 50% dos estudos entregues em até 60 dias | 60% dos estudos entregues em até 60 dias | 65 pontos |

ANEXO IV

Fatores de Correção

● Fator de Correção 1 (FTc1)

$$FTc1 = (((\text{Demandas atendidas até 30 dias} / \text{Total de Demandas do período}) / 0,8) - 1) / 100$$

Onde,

'Demandas atendidas até 30 dias' se referem a todas as demandas abertas a partir de 01-07-2023, respondidas em até 30 dias

'Total de Demandas do período' se referem a todas as demandas abertas a partir de 01-07-2023.

As datas de referência serão:

- Data que a demanda chegou

- Data que ela foi respondida

O FTc1 será aplicado às unidades que tiverem com menos de 80% das demandas atendidas em até 30 dias.

● Fator de Correção 2 (FTc2)

$$FTC2 = ((\text{CN médio} : 1000)) / 100 * \text{IndEff}$$

Onde,

CN médio é a média aritmética dos Casos Novos distribuídos nos últimos três anos. Deverá ser aplicado em cima do INDEff inicial.

O FTc2 será aplicado às unidades cujo índice de Casos Novos do último triênio ultrapasse em 20% ou mais o índice que equivale ao terceiro quartil do grupo de competência.

$$\text{IndEFFfinal} = \text{IndEFF} + (\text{IndEFF} * \text{FTc1}) + (\text{IndEFF} * \text{FTc2})$$

ANEXO V
Cláusulas de Barreira

| Órgão Julgador | Taxa de congestionamento líquida (TCL) | Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos (TP) | | | % processos antigos |
|---|--|--|---------|---------|---------------------|
| | | TP1 | TP2 | TP3 | |
| 1ª Turma Recursal Permanente da Capital | 40,00% | 200,00 | 150,00 | 100,00 | 5,00% |
| 1ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 1ª Vara Cível de Campina Grande | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 1ª Vara Criminal da Capital | 17,11% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 15,00% |
| 1ª Vara Criminal de Campina Grande | 17,11% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 15,00% |
| 1ª Vara da Infância e Juventude da Capital | 38,00% | 310,00 | 280,00 | 250,00 | 9,50% |
| 1ª Vara de Entorpecentes da Capital (Acervo A) | 20,36% | 300,00 | 250,00 | 200,00 | 60,00% |
| 1ª Vara de Entorpecentes da Capital (Acervo B) | 20,36% | 300,00 | 250,00 | 200,00 | 60,00% |
| 1ª Vara de Executivos Fiscais | 60,00% | 1000,00 | 700,00 | 500,00 | 40,00% |
| 1ª Vara de Família da Capital | 31,05% | 330,00 | 310,00 | 290,00 | 10,00% |
| 1ª Vara de Família de Campina Grande | 31,05% | 330,00 | 310,00 | 290,00 | 10,00% |
| 1ª Vara de Fazenda Pública de Campina Grande (Acervo A) | 54,02% | 1145,23 | 918,18 | 761,95 | 48,14% |
| 1ª Vara de Fazenda Pública de Campina Grande (Acervo B) | 54,02% | 1145,23 | 918,18 | 761,95 | 48,14% |
| 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital (Acervo A) | 30,00% | 1800,00 | 1550,00 | 1300,00 | 40,00% |
| 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital (Acervo B) | 30,00% | 1800,00 | 1550,00 | 1300,00 | 40,00% |
| 1ª Vara do Tribunal do Júri de Campina Grande | 30,00% | 1800,00 | 1550,00 | 1300,00 | 40,00% |
| 1ª Vara Mista de Araruna | 40,51% | 836,44 | 745,34 | 654,73 | 30,82% |
| 1ª Vara Mista de Bayeux | 19,88% | 857,20 | 685,97 | 514,74 | 20,35% |
| 1ª Vara Mista de Cabedelo (Acervo A) | 20,61% | 654,64 | 506,17 | 357,71 | 20,29% |

| Órgão Julgador | Taxa de congestionamento líquida (TCL) | Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos (TP) | | | % processos antigos |
|---|--|--|--------|--------|---------------------|
| | | TP1 | TP2 | TP3 | |
| 1ª Vara Mista de Cabedelo (Acervo B) | 20,61% | 654,64 | 506,17 | 357,71 | 20,29% |
| 1ª Vara Mista de Cajazeiras | 18,68% | 682,67 | 534,45 | 386,23 | 17,72% |
| 1ª Vara Mista de Catolé do Rocha | 37,59% | 818,09 | 727,82 | 639,08 | 29,13% |
| 1ª Vara Mista de Cuité | 37,54% | 754,44 | 658,33 | 563,33 | 26,48% |
| 1ª Vara Mista de Esperança | 30,57% | 642,51 | 541,42 | 442,33 | 21,03% |
| 1ª Vara Mista de Guarabira | 19,31% | 748,85 | 593,83 | 438,80 | 19,05% |
| 1ª Vara Mista de Ingá | 34,72% | 704,94 | 611,72 | 519,30 | 24,15% |
| 1ª Vara Mista de Itabaiana | 32,52% | 900,43 | 786,02 | 672,87 | 30,05% |
| 1ª Vara Mista de Itaporanga | 40,79% | 909,05 | 804,50 | 700,62 | 32,62% |
| 1ª Vara Mista de Mamanguape | 37,57% | 906,37 | 768,03 | 633,92 | 31,24% |
| 1ª Vara Mista de Monteiro | 31,32% | 681,36 | 580,50 | 481,46 | 22,92% |
| 1ª Vara Mista de Patos | 20,73% | 918,46 | 744,56 | 570,67 | 21,89% |
| 1ª Vara Mista de Piancó | 42,47% | 820,32 | 732,81 | 645,62 | 30,81% |
| 1ª Vara Mista de Pombal | 32,82% | 649,09 | 550,41 | 456,08 | 21,83% |
| 1ª Vara Mista de Queimadas | 30,73% | 650,17 | 545,20 | 443,22 | 21,76% |
| 1ª Vara Mista de Santa Rita | 20,07% | 875,58 | 702,72 | 529,87 | 20,74% |
| 1ª Vara Mista de São João do Rio do Peixe | 33,48% | 590,51 | 505,48 | 421,58 | 19,17% |
| 1ª Vara Mista de Sapé | 30,24% | 676,56 | 572,29 | 469,36 | 20,82% |
| 1ª Vara Mista de Sousa | 20,27% | 893,14 | 718,99 | 544,84 | 21,10% |
| 1ª Vara Regional Cível de Mangabeira (Acervo A) | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 1ª Vara Regional Cível de Mangabeira (Acervo B) | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 1ª Vara Regional Criminal de Mangabeira | 17,11% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 15,00% |
| 1ª Vara Regional de Família de Mangabeira | 31,05% | 330,00 | 310,00 | 290,00 | 10,00% |
| 1º Juizado Especial Cível da Capital | 28,50% | 180,00 | 170,00 | 160,00 | 5,00% |

| Órgão Julgador | Taxa de congestionamento líquida (TCL) | Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos (TP) | | | % processos antigos |
|--|--|--|---------|---------|---------------------|
| | | TP1 | TP2 | TP3 | |
| 1º Juizado Especial Cível de Campina Grande | 28,50% | 180,00 | 170,00 | 160,00 | 5,00% |
| 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital | 65,00% | 180,00 | 150,00 | 120,00 | 0,50% |
| 1º Juizado Especial Misto de Patos | 31,53% | 211,30 | 193,52 | 175,75 | 4,35% |
| 1º Núcleo de Justiça 4.0 - Saúde Pública Estadual (Acervo A) | 18,30% | 350,00 | 300,00 | 250,00 | 10,00% |
| 1º Núcleo de Justiça 4.0 - Saúde Pública Estadual (Acervo B) | 18,30% | 350,00 | 300,00 | 250,00 | 10,00% |
| 2ª Turma Recursal Permanente da Capital | 40,00% | 200,00 | 150,00 | 100,00 | 5,00% |
| 2ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 2ª Vara Cível de Campina Grande | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 2ª Vara Criminal da Capital | 17,11% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 15,00% |
| 2ª Vara Criminal de Campina Grande | 17,11% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 15,00% |
| 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital (Acervo A) | 35,00% | 350,00 | 320,00 | 290,00 | 5,00% |
| 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital (Acervo B) | 35,00% | 350,00 | 320,00 | 290,00 | 5,00% |
| 2ª Vara de Entorpecentes da Capital | 20,36% | 300,00 | 250,00 | 200,00 | 20,00% |
| 2ª Vara de Família da Capital | 31,05% | 330,00 | 310,00 | 290,00 | 10,00% |
| 2ª Vara de Família de Campina Grande | 31,05% | 330,00 | 310,00 | 290,00 | 10,00% |
| 2ª Vara de Fazenda Pública da Capital (Acervo A) | 39,51% | 1500,00 | 1450,00 | 1400,00 | 68,00% |
| 2ª Vara de Fazenda Pública da Capital (Acervo B) | 39,51% | 1500,00 | 1450,00 | 1400,00 | 68,00% |
| 2ª Vara de Fazenda Pública da Capital Acervo C | 39,51% | 1500,00 | 1450,00 | 1400,00 | 68,00% |
| 2ª Vara de Fazenda Pública de Campina Grande (Acervo A) | 54,36% | 1135,48 | 904,45 | 745,85 | 47,60% |
| 2ª Vara de Fazenda Pública de Campina Grande (Acervo B) | 54,36% | 1135,48 | 904,45 | 745,85 | 47,60% |

| Órgão Julgador | Taxa de congestionamento líquida (TCL) | Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos (TP) | | | % processos antigos |
|---|--|--|---------|---------|---------------------|
| | | TP1 | TP2 | TP3 | |
| 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital (Acervo A) | 30,00% | 1800,00 | 1550,00 | 1300,00 | 40,00% |
| 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital (Acervo B) | 30,00% | 1800,00 | 1550,00 | 1300,00 | 40,00% |
| 2ª Vara do Tribunal do Júri de Campina Grande | 30,00% | 1800,00 | 1550,00 | 1300,00 | 40,00% |
| 2ª Vara Mista de Araruna | 38,17% | 700,14 | 628,38 | 556,91 | 25,73% |
| 2ª Vara Mista de Bayeux | 48,50% | 769,67 | 686,19 | 602,72 | 28,38% |
| 2ª Vara Mista de Cabedelo | 48,31% | 771,66 | 688,53 | 605,41 | 28,71% |
| 2ª Vara Mista de Cajazeiras | 23,47% | 554,13 | 423,75 | 293,37 | 19,63% |
| 2ª Vara Mista de Catolé do Rocha | 37,97% | 720,81 | 643,60 | 567,65 | 26,75% |
| 2ª Vara Mista de Cuité | 36,98% | 654,58 | 578,87 | 504,07 | 22,95% |
| 2ª Vara Mista de Esperança | 32,10% | 571,48 | 489,85 | 409,81 | 18,84% |
| 2ª Vara Mista de Guarabira | 23,43% | 540,38 | 414,99 | 289,59 | 18,66% |
| 2ª Vara Mista de Ingá | 35,09% | 613,59 | 537,34 | 461,83 | 21,45% |
| 2ª Vara Mista de Itabaiana | 33,89% | 727,17 | 639,44 | 553,51 | 26,42% |
| 2ª Vara Mista de Itaporanga | 41,56% | 777,15 | 691,07 | 605,60 | 29,50% |
| 2ª Vara Mista de Mamanguape | 38,53% | 741,83 | 636,46 | 534,65 | 26,70% |
| 2ª Vara Mista de Monteiro | 31,46% | 566,11 | 484,69 | 405,02 | 19,08% |
| 2ª Vara Mista de Patos | 20,29% | 587,56 | 441,78 | 296,00 | 19,60% |
| 2ª Vara Mista de Piancó | 42,63% | 764,74 | 685,83 | 607,28 | 29,08% |
| 2ª Vara Mista de Pombal | 33,64% | 579,75 | 493,89 | 412,35 | 19,98% |
| 2ª Vara Mista de Queimadas | 32,92% | 572,10 | 491,91 | 414,58 | 19,90% |
| 2ª Vara Mista de Santa Rita | 49,88% | 803,95 | 716,17 | 628,38 | 30,01% |
| 2ª Vara Mista de São João do Rio do Peixe | 33,94% | 504,14 | 437,08 | 371,05 | 16,97% |
| 2ª Vara Mista de Sapé | 32,16% | 567,46 | 486,46 | 406,54 | 18,70% |
| 2ª Vara Mista de Sousa | 23,60% | 589,86 | 443,31 | 296,76 | 24,39% |
| 2ª Vara Regional Cível de | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |

| Órgão Julgador | Taxa de congestionamento líquida (TCL) | Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos (TP) | | | % processos antigos |
|--|--|--|--------|--------|---------------------|
| | | TP1 | TP2 | TP3 | |
| Mangabeira (Acervo A) | | | | | |
| 2ª Vara Regional Cível de Mangabeira (Acervo B) | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 2ª Vara Regional Criminal de Mangabeira | 17,11% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 15,00% |
| 2ª Vara Regional de Família de Mangabeira | 31,05% | 330,00 | 310,00 | 290,00 | 10,00% |
| 2º Juizado Especial Cível da Capital | 28,50% | 180,00 | 170,00 | 160,00 | 5,00% |
| 2º Juizado Especial Cível de Campina Grande | 28,50% | 180,00 | 170,00 | 160,00 | 5,00% |
| 2º Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital | 65,00% | 180,00 | 150,00 | 120,00 | 0,50% |
| 2º Juizado Especial Misto de Patos | 31,50% | 210,27 | 192,68 | 175,09 | 4,35% |
| 2º Núcleo de Justiça 4.0 - Saúde Pública Estadual (Acervo A) | 18,30% | 350,00 | 300,00 | 250,00 | 10,00% |
| 2º Núcleo de Justiça 4.0 - Saúde Pública Estadual (Acervo B) | 18,30% | 350,00 | 300,00 | 250,00 | 10,00% |
| 3ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 3ª Vara Cível de Campina Grande | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 3ª Vara Criminal da Capital | 17,11% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 15,00% |
| 3ª Vara Criminal de Campina Grande | 17,11% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 15,00% |
| 3ª Vara de Família da Capital | 31,05% | 330,00 | 310,00 | 290,00 | 10,00% |
| 3ª Vara de Fazenda Pública de Campina Grande (Acervo A) | 54,46% | 1134,08 | 901,63 | 742,17 | 47,52% |
| 3ª Vara de Fazenda Pública de Campina Grande (Acervo B) | 54,46% | 1134,08 | 901,63 | 742,17 | 47,52% |
| 3ª Vara Mista de Bayeux | 34,33% | 469,43 | 432,36 | 395,29 | 12,85% |
| 3ª Vara Mista de Cabedelo | 54,93% | 1084,42 | 862,02 | 705,81 | 44,82% |
| 3ª Vara Mista de Cajazeiras | 34,93% | 482,78 | 443,12 | 403,46 | 13,40% |
| 3ª Vara Mista de Catolé do Rocha | 35,86% | 624,64 | 561,20 | 498,92 | 22,80% |

| Órgão Julgador | Taxa de congestionamento líquida (TCL) | Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos (TP) | | | % processos antigos |
|--|--|--|---------|---------|---------------------|
| | | TP1 | TP2 | TP3 | |
| 3ª Vara Mista de Guarabira | 33,58% | 429,27 | 396,31 | 363,35 | 12,16% |
| 3ª Vara Mista de Itabaiana | 32,74% | 632,33 | 562,37 | 493,56 | 22,92% |
| 3ª Vara Mista de Itaporanga | 40,10% | 727,26 | 652,95 | 579,15 | 27,61% |
| 3ª Vara Mista de Mamanguape | 34,89% | 582,88 | 505,83 | 431,41 | 20,69% |
| 3ª Vara Mista de Patos | 35,84% | 534,35 | 489,35 | 444,36 | 14,19% |
| 3ª Vara Mista de Santa Rita | 32,95% | 410,80 | 380,90 | 351,01 | 11,65% |
| 3ª Vara Mista de Sapé | 32,57% | 510,78 | 446,98 | 384,39 | 17,08% |
| 3ª Vara Mista de Sousa | 33,79% | 446,28 | 412,04 | 377,79 | 12,37% |
| 3º Juizado Especial Cível da Capital | 28,50% | 180,00 | 170,00 | 160,00 | 5,00% |
| 3º Juizado Especial Cível de Campina Grande | 28,50% | 180,00 | 170,00 | 160,00 | 5,00% |
| 4ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 4ª Vara Cível de Campina Grande | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 4ª Vara Criminal da Capital | 17,11% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 15,00% |
| 4ª Vara Criminal de Campina Grande | 17,11% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 15,00% |
| 4ª Vara de Família da Capital | 31,05% | 330,00 | 310,00 | 290,00 | 10,00% |
| 4ª Vara de Família de Campina Grande | 31,05% | 330,00 | 310,00 | 290,00 | 10,00% |
| 4ª Vara de Fazenda Pública da Capital (Acervo A) | 39,51% | 1500,00 | 1450,00 | 1400,00 | 68,00% |
| 4ª Vara de Fazenda Pública da Capital (Acervo B) | 39,51% | 1500,00 | 1450,00 | 1400,00 | 68,00% |
| 4ª Vara de Fazenda Pública da Capital Acervo C | 39,51% | 1500,00 | 1450,00 | 1400,00 | 68,00% |
| 4ª Vara Mista de Bayeux | 49,08% | 1115,53 | 1011,92 | 918,66 | 46,80% |
| 4ª Vara Mista de Cabedelo | 54,73% | 1080,58 | 864,52 | 711,43 | 44,62% |
| 4ª Vara Mista de Cajazeiras | 50,64% | 1064,00 | 946,01 | 843,30 | 43,95% |
| 4ª Vara Mista de Guarabira | 51,31% | 983,02 | 884,25 | 788,27 | 39,56% |
| 4ª Vara Mista de Patos | 48,16% | 1159,64 | 1056,96 | 966,09 | 49,24% |

| Órgão Julgador | Taxa de congestionamento líquida (TCL) | Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos (TP) | | | % processos antigos |
|--|--|--|---------|---------|---------------------|
| | | TP1 | TP2 | TP3 | |
| 4ª Vara Mista de Santa Rita | 52,49% | 864,26 | 706,50 | 582,11 | 33,22% |
| 4ª Vara Mista de Sousa | 46,25% | 1285,47 | 1173,62 | 1082,99 | 56,11% |
| 4º Juizado Especial Cível da Capital | 28,50% | 180,00 | 170,00 | 160,00 | 5,00% |
| 5ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 5ª Vara Cível de Campina Grande | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 5ª Vara Criminal da Capital | 17,11% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 15,00% |
| 5ª Vara Criminal de Campina Grande | 17,11% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 15,00% |
| 5ª Vara de Família da Capital | 31,05% | 330,00 | 310,00 | 290,00 | 10,00% |
| 5ª Vara de Família de Campina Grande | 31,05% | 330,00 | 310,00 | 290,00 | 10,00% |
| 5ª Vara de Fazenda Pública da Capital (Acervo A) | 39,51% | 1500,00 | 1450,00 | 1400,00 | 68,00% |
| 5ª Vara de Fazenda Pública da Capital (Acervo B) | 39,51% | 1500,00 | 1450,00 | 1400,00 | 68,00% |
| 5ª Vara de Fazenda Pública da Capital Acervo C | 39,51% | 1500,00 | 1450,00 | 1400,00 | 68,00% |
| 5ª Vara Mista de Bayeux | 22,23% | 520,31 | 397,88 | 275,44 | 22,02% |
| 5ª Vara Mista de Cabedelo | 37,62% | 547,61 | 499,33 | 451,05 | 16,81% |
| 5ª Vara Mista de Guarabira | 51,33% | 982,01 | 882,85 | 786,64 | 39,50% |
| 5ª Vara Mista de Patos | 47,97% | 1164,94 | 1063,99 | 974,26 | 49,54% |
| 5ª Vara Mista de Santa Rita | 25,55% | 718,45 | 609,02 | 499,59 | 30,96% |
| 5ª Vara Mista de Sousa | 48,56% | 1178,14 | 1059,35 | 960,77 | 50,20% |
| 5º Juizado Especial Cível da Capital | 28,50% | 180,00 | 170,00 | 160,00 | 5,00% |
| 6ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 6ª Vara Cível de Campina Grande | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 6ª Vara Criminal da Capital | 17,11% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 15,00% |
| 6ª Vara de Família da Capital | 31,05% | 330,00 | 310,00 | 290,00 | 10,00% |

| Órgão Julgador | Taxa de congestionamento líquida (TCL) | Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos (TP) | | | % processos antigos |
|--|--|--|---------|---------|---------------------|
| | | TP1 | TP2 | TP3 | |
| 6ª Vara de Fazenda Pública da Capital (Acervo A) | 39,51% | 1500,00 | 1450,00 | 1400,00 | 68,00% |
| 6ª Vara de Fazenda Pública da Capital (Acervo B) | 39,51% | 1500,00 | 1450,00 | 1400,00 | 68,00% |
| 6ª Vara de Fazenda Pública da Capital Acervo C | 39,51% | 1500,00 | 1450,00 | 1400,00 | 68,00% |
| 6ª Vara Mista de Patos | 20,40% | 572,39 | 431,69 | 290,99 | 19,75% |
| 6ª Vara Mista de Sousa | 19,63% | 561,01 | 427,99 | 294,96 | 14,25% |
| 6º Juizado Especial Cível da Capital | 28,50% | 180,00 | 170,00 | 160,00 | 5,00% |
| 7ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 7ª Vara Cível de Campina Grande | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 7ª Vara Criminal da Capital | 17,11% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 15,00% |
| 7ª Vara Mista de Patos | 39,11% | 481,79 | 434,11 | 386,43 | 13,91% |
| 7ª Vara Mista de Sousa | 51,83% | 845,95 | 708,45 | 594,58 | 32,31% |
| 7º Juizado Especial Cível da Capital | 28,50% | 180,00 | 170,00 | 160,00 | 5,00% |
| 8ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 8ª Vara Cível de Campina Grande | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 8º Juizado Especial Cível da Capital | 28,50% | 180,00 | 170,00 | 160,00 | 5,00% |
| 9ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 9ª Vara Cível de Campina Grande | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 10ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 10ª Vara Cível de Campina Grande | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 11ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 12ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 13ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 14ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |

| Órgão Julgador | Taxa de congestionamento líquida (TCL) | Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos (TP) | | | % processos antigos |
|--|--|--|--------|--------|---------------------|
| | | TP1 | TP2 | TP3 | |
| 15ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 16ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| 17ª Vara Cível da Capital | 52,93% | 900,00 | 800,00 | 700,00 | 35,00% |
| Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital (Acervo A) | 24,00% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 25,00% |
| Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital (Acervo B) | 24,00% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 25,00% |
| Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Campina Grande (Acervo A) | 24,00% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 25,00% |
| Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Campina Grande (Acervo B) | 24,00% | 600,00 | 450,00 | 300,00 | 25,00% |
| Juizado Especial Criminal da Capital | 18,00% | 310,00 | 280,00 | 250,00 | 5,00% |
| Juizado Especial Criminal de Campina Grande | 18,00% | 310,00 | 280,00 | 250,00 | 5,00% |
| Juizado Especial da Fazenda Publica de Campina Grande | 65,00% | 180,00 | 150,00 | 120,00 | 0,50% |
| Juizado Especial Misto de Bayeux | 26,64% | 215,73 | 199,77 | 183,81 | 4,91% |
| Juizado Especial Misto de Cabedelo | 27,34% | 206,93 | 192,47 | 178,02 | 4,96% |
| Juizado Especial Misto de Cajazeiras | 27,29% | 216,96 | 200,30 | 183,64 | 4,78% |
| Juizado Especial Misto de Guarabira | 30,69% | 217,08 | 198,52 | 179,96 | 4,36% |
| Juizado Especial Misto de Mamanguape | 26,02% | 246,83 | 224,98 | 203,13 | 4,66% |
| Juizado Especial Misto de Santa Rita | 26,20% | 225,43 | 207,87 | 190,31 | 4,90% |
| Juizado Especial Misto de Sousa | 34,24% | 198,63 | 181,83 | 165,04 | 4,13% |
| Turma Recursal Permanente de Campina Grande | 40,00% | 200,00 | 150,00 | 100,00 | 5,00% |
| Vara da Infância e Juventude de Campina Grande (Acervo A) | 35,53% | 345,53 | 310,86 | 276,19 | 7,19% |

| Órgão Julgador | Taxa de congestionamento líquida (TCL) | Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos (TP) | | | % processos antigos |
|---|--|--|---------|---------|---------------------|
| | | TP1 | TP2 | TP3 | |
| Vara da Infância e Juventude de Campina Grande (Acervo B) | 35,53% | 345,53 | 310,86 | 276,19 | 7,19% |
| Vara de Entorpecentes de Campina Grande | 20,36% | 300,00 | 250,00 | 200,00 | 11,00% |
| Vara de Feitos Especiais da Capital | 37,30% | 500,00 | 450,00 | 400,00 | 15,00% |
| Vara de Feitos Especiais de Campina Grande | 37,30% | 500,00 | 450,00 | 400,00 | 15,00% |
| Vara de Sucessões da Capital | 65,55% | 1800,00 | 1600,00 | 1400,00 | 40,00% |
| Vara de Sucessões de Campina Grande | 65,55% | 1800,00 | 1600,00 | 1400,00 | 40,00% |
| Vara Militar da Capital | 8,53% | 240,00 | 150,00 | 120,00 | 20,00% |
| Vara Única de Água Branca | 30,52% | 672,77 | 578,52 | 484,65 | 22,52% |
| Vara Única de Alagoa Grande | 46,38% | 821,86 | 730,89 | 640,18 | 31,20% |
| Vara Única de Alagoa Nova | 35,76% | 685,20 | 598,67 | 512,85 | 23,37% |
| Vara Única de Alagoinha | 44,37% | 781,39 | 690,24 | 599,26 | 28,95% |
| Vara Única de Alhandra | 31,21% | 652,31 | 556,63 | 465,31 | 21,70% |
| Vara Única de Areia | 35,50% | 726,63 | 639,40 | 553,29 | 25,64% |
| Vara Única de Bananeiras | 33,14% | 670,67 | 594,03 | 517,68 | 23,32% |
| Vara Única de Belém | 36,43% | 717,28 | 635,68 | 554,22 | 25,60% |
| Vara Única de Boqueirão | 33,58% | 686,03 | 597,43 | 510,79 | 23,86% |
| Vara Única de Caaporã | 32,32% | 695,10 | 592,78 | 492,97 | 22,59% |
| Vara Única de Conceição | 35,90% | 656,55 | 579,48 | 503,11 | 23,60% |
| Vara Única de Conde | 31,45% | 609,99 | 515,56 | 424,52 | 19,91% |
| Vara Única de Coremas | 32,91% | 602,99 | 521,29 | 440,59 | 20,71% |
| Vara Única de Gurinhém | 39,71% | 729,00 | 643,31 | 558,91 | 26,37% |
| Vara Única de Jacaraú | 31,63% | 664,80 | 572,93 | 482,08 | 22,09% |
| Vara Única de Juazeirinho | 32,20% | 648,24 | 557,25 | 468,88 | 21,98% |
| Vara Única de Pedras de Fogo | 33,77% | 694,12 | 603,16 | 516,37 | 23,60% |
| Vara Única de Picuí | 33,12% | 699,16 | 611,96 | 526,21 | 24,29% |

| Órgão Julgador | Taxa de congestionamento líquida (TCL) | Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos (TP) | | | % processos antigos |
|---|--|--|--------|--------|---------------------|
| | | TP1 | TP2 | TP3 | |
| Vara Única de Pocinhos | 30,91% | 642,94 | 553,74 | 465,77 | 21,93% |
| Vara Única de Princesa Isabel | 33,05% | 613,80 | 530,43 | 448,33 | 20,29% |
| Vara Única de Remígio | 33,73% | 723,96 | 639,46 | 555,75 | 25,53% |
| Vara Única de Rio Tinto | 33,39% | 645,15 | 559,33 | 474,54 | 21,74% |
| Vara Única de Santa Luzia | 35,50% | 681,83 | 603,24 | 526,56 | 24,24% |
| Vara Única de São Bento | 34,34% | 682,21 | 583,53 | 489,79 | 23,08% |
| Vara Única de São José de Piranhas | 29,12% | 612,46 | 522,59 | 433,36 | 20,04% |
| Vara Única de Serra Branca | 37,12% | 706,27 | 618,21 | 531,38 | 24,73% |
| Vara Única de Solânea | 32,09% | 683,53 | 594,74 | 506,94 | 22,50% |
| Vara Única de Soledade | 38,12% | 734,49 | 644,62 | 556,76 | 26,62% |
| Vara Única de Sumé | 31,14% | 608,92 | 521,98 | 436,58 | 19,46% |
| Vara Única de Taperoá | 33,46% | 676,25 | 597,44 | 519,64 | 23,38% |
| Vara Única de Teixeira | 31,08% | 642,28 | 549,83 | 457,77 | 21,46% |
| Vara Única de Umbuzeiro | 32,33% | 722,68 | 631,42 | 541,56 | 24,51% |
| VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE JOÃO PESSOA | 83,00% | - | - | - | - |
| VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS DE JOÃO PESSOA | 78,00% | - | - | - | - |
| VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE CAMPINA GRANDE | 83,00% | - | - | - | - |

ANEXO VI

Pesos

[https://drive.google.com/drive/folders/1FRqHLW1H74VCa7DvD3jEyrax-yzptr1G?
usp=share_link](https://drive.google.com/drive/folders/1FRqHLW1H74VCa7DvD3jEyrax-yzptr1G?usp=share_link)